

DIAGNÓSTICO DO SISPAEAP DOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA DE ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO AMAPÁ

Jamile Ferreira da Costa Oliveira¹

RESUMO

Trata-se da elaboração de uma análise sobre os níveis de proficiência em Língua Portuguesa de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública estadual de ensino de Macapá-AP, elaborada a partir de dados disponibilizados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá - SisPAEAP. O objetivo geral é analisar o diagnóstico do SisPAEAP sobre os níveis de proficiência em Língua Portuguesa de alunos do 2º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública do Estado do Amapá. De maneira específica, traçaremos um histórico sobre o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá, elencando as motivações de sua implementação e importância. Em seguida, serão abordados fatores sobre a escolha do 2º ano do ensino fundamental e da Língua Portuguesa. Por fim, traçaremos uma análise diagnóstica feita a partir dos dados oferecidos pelo SisPAEAP. Este estudo será fundamentado, metodologicamente, em análise documental. A novidade do levantamento, criado em 2019, representa um importante fator que justifica nossa tarefa em analisar os dados obtidos considerando o próprio espaço que ocupa o estudo da Língua Portuguesa no Sistema Educacional, tanto nacional, quanto local.

Palavras-chave: SisPAEAP. Língua Portuguesa. Proficiência.

ABSTRACT

It is the elaboration of an analysis on the levels of proficiency in Portuguese Language of students of the 2nd year of Elementary Education in the schools of the state public school of Macapá-AP, elaborated from data made available by the Permanent Evaluation System a Basic Education of Amapá - SisPAEAP. The general objective is to analyze the diagnosis of SisPAEAP on the proficiency levels in Portuguese language of students of the 2nd year of elementary school in public schools in the State of Amapá. Specifically, we will trace a history of the Permanent Evaluation System for Basic Education in Amapá, listing the reasons for its implementation and importance. Then, factors on the choice of the 2nd year of elementary education and the Portuguese language will be addressed. Finally, we will trace a diagnostic analysis made from the data offered by SisPAEAP. This study will be based, methodologically, on documentary analysis. The novelty of the survey, created in 2019, represents an important factor that justifies our task in analyzing the data obtained considering the very space that occupies the study of Portuguese Language in the Educational System, both nationally and locally.

Keywords: SisPAEAP. Portuguese language. Macapa.

1 INTRODUÇÃO

Dados técnicos que viabilizem informações sobre indicadores educacionais são sempre instrumento de grande valor para gestores, professores e profissionais da educação de modo geral. Servem, entre outras coisas, como condutores para ações novas e efetivas que visam a solução de problemas existentes ou mesmo a melhoria de aspectos que já se encontram em algum tipo de progresso.

¹ Pedagoga. Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Pós-graduanda em Estatística e avaliação educacional pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jamicosta25@gmail.com

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá - SisPAEAP, surge na proposta de viabilizar e incentivar uma colaboração entre os sistemas estaduais e municipais de ensino, criados a partir da Lei nº 2.448 de 02 de dezembro de 2019. O objetivo da proposta de tal diálogo é fortalecer a aprendizagem – bem como os aspectos relacionados a ela – tendo em vista um conjunto de ações permanentes e conjuntas.

Nesse sentido, partimos do seguinte problema de pesquisa: em que condições se encontram os níveis de proficiência em Língua Portuguesa a partir dos dados levantados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá – SisPAEAP? O objetivo geral é, justamente, analisar as informações do SisPAEAP sobre os níveis de proficiência em Língua Portuguesa de alunos do 2º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública do Estado do Amapá. Ressalto que a escolha do 2º ano se deu, unicamente, por este ser o primeiro ano a ser tido em consideração pelo documento.

De maneira específica, traçaremos um histórico sobre o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá, elencando as motivações de sua implementação e importância. Em seguida, serão abordados fatores sobre a escolha do 2º ano do ensino fundamental e da Língua Portuguesa, de maneira a uma contextualização que leve em conta a realidade local de um dos estados economicamente mais frágeis do território nacional. Por fim, traçaremos uma análise diagnóstica feita a partir dos dados oferecidos pelo SisPAEAP, destacando aspectos positivos ou negativos à medida que apareçam.

Este estudo, portanto, estará dividido da seguinte forma: a primeira seção apresentará um histórico sobre o SisPAEAP e discorrerá sobre sua importância e motivação. A segunda seção, por sua vez, tratará de fazer uma apresentação mais próxima da realidade local, discorrendo sobre o ano escolhido para estudo, sobre a proficiência em Língua Portuguesa e a realidade estadual. Será posta, também, nossa análise sobre as informações obtidas a partir do documento, procurando elucidar, criticamente, aspectos positivos e negativos que surgiram a partir da confrontação com os dados.

1.1 METODOLOGIA

Sobre a metodologia que utilizaremos, incluindo as etapas a serem seguidas, iniciamos mencionando o seguinte: “Quando o método não é observado, o mínimo que pode acontecer é gastar-se tempo e energia inutilmente” (GALLIANO, 1979, p. 04). Nesse sentido, o que nos importa, neste momento, sobre o método, diz respeito ao “caminho para se chegar a um fim” (GALLIANO, 1979, p. 05).

Nesse sentido, ressaltamos o método enquanto “conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim” (GALLIANO, 1979, p. 6). Com base nesses fatores a metodologia escolhida para o desenvolvimento deste artigo é a análise de conteúdo.

De acordo com Moraes (2011), a análise de conteúdo se trata de metodologia utilizada para a descrição e interpretação do conteúdo de todo e qualquer documento ou texto, neste caso, de dados específicos analisados a partir do SisPAEAP. As descrições, que devem ser sistemáticas, podem ser quantitativas ou qualitativas, o que ajuda na interpretação e reinterpretção das informações apresentadas.

O processo de análise se dará a partir da observância de cinco etapas, estas sistematizadas por Moraes (2011, p. 4, 5) da seguinte forma: [1] preparação das informações; [2] unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; [3] classificação das unidades em categorias; [4] descrição; e, [5] análise/interpretação.

2 SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO A EDUCAÇÃO BÁSICA DO AMAPÁ – SISPAEAP: UM HISTÓRICO A PARTIR DA IMPORTÂNCIA E MOTIVAÇÃO

A avaliação constitui-se como um instrumento indispensável para o direcionamento de ações pedagógicas efetivas e eficientes. A partir da apropriação de resultados, torna-se possível acompanhar o progresso dos estudantes de modo a formular estratégias que contribuam para o desempenho no que diz respeito tanto às suas tarefas educacionais em particular, quanto a sua formação enquanto cidadãos, em geral.

Com a geração e apreensão de dados objetivos, torna-se possível também subsidiar políticas públicas voltadas para a educação básica de maneira a criar sempre novas readequações do planejamento escolar, de maneira que este esteja sempre de acordo com as necessidades reais dos alunos e alunas. O objetivos dessas ações é simples e direto – o que não significa dizer que seja simplista. Trata-se de não apenas propor, mas efetivar melhorias no sistema educacional tendo em vista um roteiro bem organizado e embasado.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Amapá - SisPAEAP, surge exatamente no contexto de oferecer uma análise em detalhes dos resultados concernentes à avaliação e compreensão dos indicadores educacionais. Surge, portanto, com a proposta de viabilizar e incentivar uma colaboração entre os sistemas estaduais e municipais de ensino, criados a partir da Lei nº 2.448 de 02 de dezembro de 2019. O objetivo da proposta de tal diálogo é fortalecer a aprendizagem – bem como os aspectos relacionados a ela – tendo em vista um conjunto de ações permanentes e conjuntas.

Nesse contexto, a garantia dos direitos relacionados à aprendizagem e de alfabetização na idade certa surgem como elementares, e são a base real de toda a proposta. A necessidade de uma ação voltada para um sistema de avaliação eficiente relaciona-se, historicamente, com a própria necessidade de superação de problemas, também históricos, impostos ao Norte do Brasil, que hoje se constitui como uma das regiões mais pobres do país, com indicadores escolares de baixo rendimento.

Nesse contexto, o Estado do Amapá, dependente de verba pública federal, ocupa um lugar de subalternidade frente as ações educacionais nacionais. Não são incomuns os baixos índices de rendimento, o conhecimento de que a educação, tanto em nível estadual quanto municipal, possuem deficiências, sejam elas estruturais, sejam em recursos humanos e materiais, especialmente no âmbito das escolas dos municípios mais distantes da capital Macapá, entre outros fatores.

Desse modo, intencionamos ressaltar a necessidade de ações conjuntas, entre as quais a criação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Amapá, que surgem como alternativa de superar o quadro de coisas acima proposto. O objetivo é, a partir dos dados, superar as desigualdes existentes, de modo a oferecer um ensino de qualidade, dentro dos parâmetros constitucionais, em respeito à dignidade e direito à uma educação de qualidade para todos os estudantes, neste caso específico, alunos e alunas da rede pública estadual e municipal.

2.2 SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO AMAPÁ: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA

De acordo com Bonamino e Sousa (2012, p. 375), “as iniciativas de avaliação associam-se à promoção da qualidade do ensino, estabelecendo, no limite, novos parâmetros de gestão dos sistemas educacionais”. Esse fator é basilar quando da necessidade de pensar uma ação conjunta – neste caso entre o Estado do Amapá e os municípios – no âmbito de uma rede de propostas de melhorias para a educação, proporcionada, conforme defendemos aqui, pelo Sispaep.

No Brasil, o estudo dos desenhos dos mecanismos de avaliações educacionais existentes leva a considerar três gerações distintas: [1] ênfase na “avaliação com caráter diagnóstico da qualidade da educação ofertada no Brasil, sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo”; [2] “contemplam, além da divulgação pública, a devolução dos resultados para as escolas, sem estabelecer consequências materiais”; [3] “são aquelas que

referenciam políticas de responsabilização forte ou *high stakes*, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

Cada uma dessas correntes possuem, também, méritos distintos. As avaliações de primeira geração têm por objetivo acompanhar o modo como evolui a qualidade da educação. Em geral, o meio pelo qual seus dados são divulgados é a Internet – de modo a oferecer consulta pública. Nesta geração, em geral, não há preocupação imediata para que os resultados cheguem às escolas. Na segunda geração, por sua vez, as consequências encontram-se no âmbito simbólico decorrente da divulgação e apropriação dos resultados pelos pais/responsáveis e sociedade. Na última, são incluídas experiências onde a responsabilização ocorre em forma de normas envolvendo mecanismos de remuneração de modo a que se alcance o necessário para a conquistas das metas estabelecidas (BONAMINO; SOUSA, 2012).

No Brasil, a implantação de tais sistemas se deu de forma lenta e sistemática, com variações óbvias a depender da região do país. Sobre este aspecto, ressaltado, nas palavras de Bonamino e Sousa (2012, p. 376, apud FREITAS, 2007, p. 51), o seguinte: “[...] foram necessárias mais ou menos cinco décadas para que a avaliação (externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino) viesse a ser introduzida como prática sistemática no governo da educação básica brasileira”. Este fator aponta para uma deficiência histórica no quadro das avaliações dos sistemas educacionais no Brasil. Inserimos o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Amapá - Sispaecap, nesse contexto, caracterizado por elementos de cada uma das três gerações expostas.

Instituído pela Lei nº 2.448/2019, o Regime de Colaboração da Educação do Estado do Amapá surgiu com o propósito de viabilizar e fomentar uma contribuição conjunta entre as redes estadual e municipal de ensino, de modo que exista um diálogo permanente, bem como, ações tomadas em conjunto de modo a contribuir para a melhoria da educação/aprendizagem bem como à melhoria, também, dos indicadores educacionais do estado. Estes indicadores influenciam, de maneira direta, o recebimento de recursos federais destinados para a educação, recursos esses essenciais para o alcance das metas estabelecidas pelo Programa.

Entre tais metas está a alfabetização de cem por cento das crianças na idade certa (Programa Criança Alfabetizada). Para que seja alcançada, alguns passos/itens são necessários; como a meta diz respeito à uma conquista ampla e efetiva, é normal que o caminho também seja extenso. Entre as estratégias temos: elaboração de material didático complementar;

formação continuada de professoras e professores, bem como dos demais profissionais da educação; cooperação e incentivo aos municípios; monitoramento; avaliação.

Na seção seguinte, apresentaremos a discussão dos dados obtidos através do Sispaep. Para nortear a escrita, teremos como parâmetro o seguinte problema de pesquisa – apresentado, também, na introdução deste estudo: em que condições se encontram os níveis de proficiência em Língua Portuguesa a partir dos dados levantados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá – SisPAEAP? O objetivo geral é analisar as informações do SisPAEAP sobre os níveis de proficiência em Língua Portuguesa de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública do Estado do Amapá. A escolha do 2º ano se deu, unicamente, por este ser o primeiro ano a ser tido em consideração pelo documento.

3 SISPAEAP: REFLEXÕES E ANÁLISES DOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA DE ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MACAPÁ-AP

O Estado do Amapá, com seus 16 municípios, a partir de 2018, uniu esforços na tarefa de retirar o Amapá dos últimos lugares no índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, no Brasil. O Amapá seguia, até então, uma longa jornada em seus índices de analfabetismo e de evasão escolar. Esta é uma realidade que, a partir dos dados e iniciativas que surgem como consequências das informações fornecidas pelo Sispaep procura-se superar, melhorar (SISPAEAP, 2019).

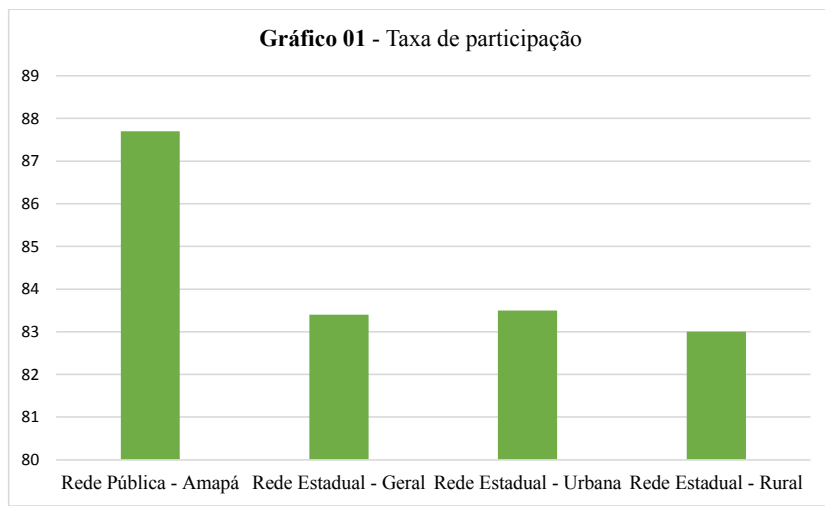
A partir de tomadas de ações colaborativas e tomadas de decisões participativas, em dezembro de 2019 cria-se lei, um programa de estado, para que se busque a melhoria da educação no Amapá. O ponto central é uma formação que se dê de forma eficiente para as crianças (Programa Criança Alfabetizada), decorrente de um tripé de medidas: [1] formação; [2] acompanhamento; [3] avaliação. Nesse contexto, a primeira Avaliação da Alfabetização (Sispaep) das redes Estadual e Municipais se deu, precisamente, em 10 de dezembro de 2019 (SISPAEAP, 2019).

A partir de um projeto de formação elaborado para auxiliar professores e professoras nesse processo de avaliação e de alfabetização letrada, têm-se, durante o ano de 2019, a aplicação de tais iniciativas. É importante ressaltar, neste momento específico, que as ações foram afetadas pelo contexto da pandemia provocada pela Covid-19, o que resultou em algumas mudanças sistemáticas na atividade, como discussões e medidas feitas e tomadas à distância, com uma série de outras adaptações.

No que segue, apresentaremos os dados referentes à avaliação, de modo a apresentar, não de maneira exaustiva, mas de maneira específica, àquilo a que nos propomos a analisar e refletir. São dados de ordem geral, que intencionam fornecer subsídios para o trabalho de educadores e demais profissionais da educação, na tentativa de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no Estado do Amapá.

3.1 SISPAEAP: DADOS INICIAIS, REFLEXÕES E ANÁLISE

De modo introdutório, torna-se necessário abordar a abrangência que a avaliação teve em quatro níveis específicos, quais sejam, [1] Amapá (Rede Pública), [2] Rede Estadual (Geral), [3] Rede Estadual (Urbana), [4] Rede Estadual (Rural). No Amapá, Rede Pública, a taxa de participação foi de 82,7%. Na Rede Estadual, Geral, foi de 83,4%. No terceiro, dos níveis indicados, Rede Estadual Urbana, a taxa de participação foi de 83,5% e, finalmente, na Rede Estadual Rural, os índices ficaram em 83,0%. Esses dados iniciais apontam para uma boa taxa de participação na avaliação, superando, grandemente, mais da metade do público possível (SISPAEAP, 2019). Para melhor visualização, observe o Gráfico 01, a seguir.



Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

Tendo em vista nosso foco no 2º ano, é importante destacar o seguinte, ainda sobre a taxa de participação: das 51 escolas com 20 estudantes ou mais matriculados apenas 15 tiveram um índice de mais de 90% de participação, fator este que contribui, sobremaneira, como critério

para premiação. Ao mesmo tempo, damos destaque ao fato de que duas das escolas alcançaram 100% em seu índice de participação, é o caso das escolas José Bonifácio e Escola Professora Helenise Walmira Dias Santos (SISPAEAP, 2019).

Nesse contexto, torna-se importante destacar também que 12 escolas estaduais, espalhadas em 4 municípios, não participaram da avaliação e, juntas, atendiam 47 estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental. Neste ponto, cabe uma primeira consideração no que diz respeito à medidas possíveis para que, na próxima avaliação, essas escolas tenham sua participação garantida.

Tabela 01: Escolas que não participaram da avaliação

	Nome da Escola	Município	N.º. Matric.
1	Esc. Est. Igarapé Grande do Curua	Macapá	13
2	Esc. Est. Antônio Teixeira Guerra	Amapá	9
3	Esc. Est. Filadelfia do Igarapé Grande	Macapá	6
4	Esc. Est. Romana Farias	Macapá	4
5	Esc. Est. Maria de Nazaré de P. Lima	Tartarugalzinho	3
6	Esc. Est. Nazaré Tavora Gurjão	Tartarugalzinho	3
7	Esc. Est. N. S. de Nazaré	Macapá	3
8	Esc. Est. Igarapé Grande da Terra Grande	Macapá	2
9	Esc. Est. André Neves Rosa	Macapá	1
10	Esc. Est. N. S. de Nazaré	Santana	1
11	Esc. Est. Erivaldo Ferreira dos Santos	Macapá	1
12	Esc. Est. São Bento	Macapá	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Obviamente, não podemos deixar de considerar que o contexto de pandemia, que obrigou um rápido movimento do setor escolar na direção de fornecer recursos como computadores, acesso à internet, entre outras coisas, prejudicou a aplicação da avaliação nessas comunidades. Sabemos que o Amapá, de maneira geral, já possui deficiência quando da necessidade de fornecer esses recursos materiais para a região urbana; políticas públicas e de gestão são extremamente importantes para que esses recursos cheguem em regiões mais distantes do estado.

Até aqui é possível perceber que, mesmo as escolas já tendo alguns mecanismos de avaliações, como avaliação diagnóstica, avaliação no processo, avaliação formativa, entre outras, uma avaliação de desempenho se torna basilar. Esta deve-se configurar pela uniformidade, fidedigna em sua proposta, objetiva.

A partir da objetividade, um retorno rápido das informações às escolas é essencial para um bom aproveitamento do mecanismo de avaliação aqui indicado. Essa troca rápida de informações contribuirá no sentido de propor medidas objetivas e testadas que serão capazes

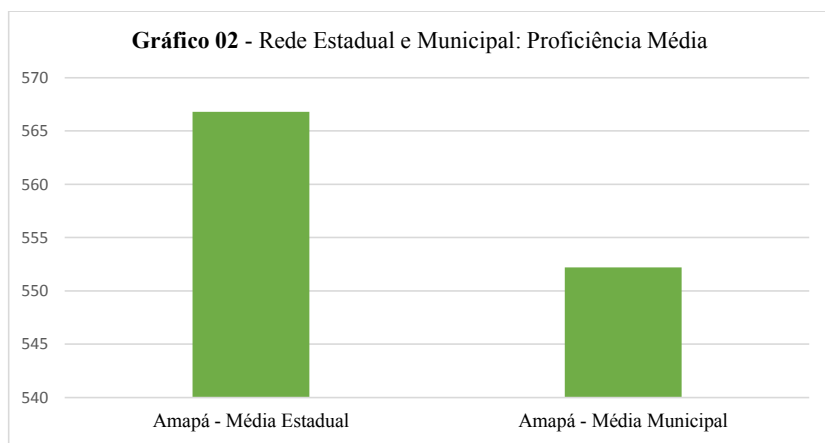
de reorganizar as ações que já ocorrem no ambiente escolar. Essas informações auxiliarão, em especial, em processos que busquem uma intervenção direta no problema: ajuda, portanto, a reconhecer os problemas existentes e a saber quais medidas tomar na tarefa de amenizá-los ou eliminá-los.

Como trabalharemos, a partir de então, com índices expressos a partir de uma pontuação, é importante destacarmos o que essa pontuação significa em termos de avaliação: a categoria “não alfabetizado” é expressa da pontuação que vai de 0-500 pontos. Engloba alunos e alunas com carência de aprendizagem no sentido de desenvolver suas habilidades e competências mínimas exigidas para o cumprimento da etapa escolar em questão, logo, são meninos e meninas que necessitam de ações pedagógicas voltadas, fortemente, para sua recuperação (SISPAEAP, 2019).

A categoria “alfabetização incompleta” se expressa na cifra que vai dos 500 aos 600 pontos. Nesse contexto, estão presentes estudantes que não demonstram um adequado desenvolvimento das habilidades e competências mínimas exigidas. São estudantes que apontam para a necessidade de um reforço na aprendizagem. A terceira das categorias, “suficiente”, reflete-se na pontuação que vai de 600-700 pontos. Aqui estão presentes alunas e alunos que consolidaram as habilidades e competências postas como necessárias para a etapa. Isso não exclui a necessidade de ações que visem seu aprofundamento nos assuntos escolares (SISPAEAP, 2019).

Finalmente, a quarta das categorias, a “desejável”, abrange a pontuação que vai dos 700 aos 1.000 pontos. Nesse nível, estão presentes estudantes com desenvolvimento que superam as expectativas das próprias exigências da etapa escolar em questão. Estes necessitam sempre de um estímulo para se manterem dessa forma, tanto no ano presente quanto nos anos seguintes (SISPAEAP, 2019).

Compreendidas as categorias e suas pontuações, adentraremos mais especificamente os resultados obtidos nessa primeira avaliação. A proficiência média, [conforme veremos no Gráfico 02](#), da Rede Estadual do Amapá, com 3.520 alunos, foi de 566,8 pontos. Já a média municipal do Amapá, com 7.166 alunos, foi de 552,2 pontos. Estes dados indicam, portanto, uma alfabetização incompleta dos dois grandes grupos estudados.



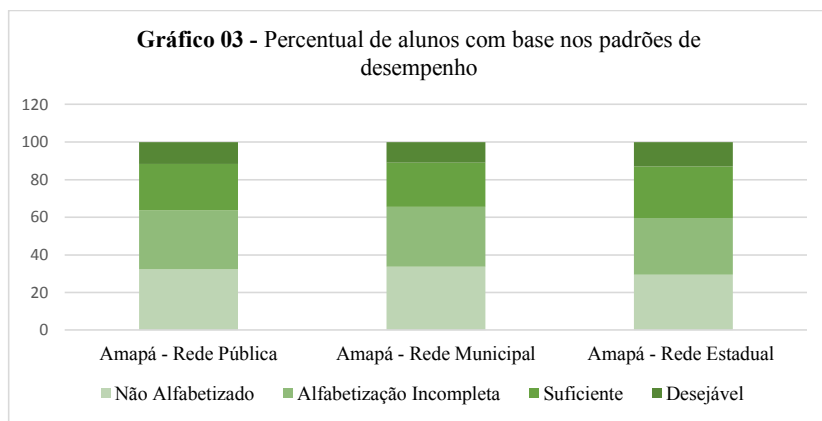
Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

No que segue, detalharemos esses resultados para, posteriormente, tecer algumas considerações. Especificaremos os dados da proficiência média, da Rede Estadual por município, resultado geral em Língua Portuguesa, Ensino Fundamental, 2º ano. Nesse contexto, a quantidade de estudantes previstos para a participação era de 4.221, no entanto, a participação efetiva foi de 3.520 estudantes. Como dito anteriormente, o percentual de participação nessa categoria foi de 83,4%.

De maneira decrescente, temos o município de Pracuúba como o único a ter um padrão de desempenho desejável, com proficiência média de 701,7 pontos. Pedra Branca do Amapari foi o segundo melhor no índice de desempenho, com 635,0 pontos, em média, o que o coloca na categoria de suficiente. Porto Grande, Laranjal do Jari, Santana Mazagão, Macapá, Tartarugalzinho, Itauba e Calçoene classificam-se, enquanto ao padrão de desempenho, como alfabetização incompleta, alcançando índices que vão de 523,7 pontos, no mínimo, aos 594,4 no máximo. Dos municípios que ficaram com pontuação inferior a 500 pontos, portanto, dentro da categoria dos não alfabetizados, estão os municípios de Cutias, Amapá e Ferreira Gomes (SISPAEAP, 2019).

Em resumo, no que diz respeito ao percentual de alunos nos padrões de desempenho – médias estaduais e municipais – se tem o seguinte: Amapá (Rede Pública) 32,4% não alfabetizado, 31,2% com alfabetização incompleta, 24,8% como suficiente, e, 11,6% na categoria desejável. Já no contexto Amapá (Rede Municipal) 33,8% encontram-se no nível não alfabetizado, 31,7% com alfabetização incompleta, 23,6% como suficiente, e, 10,9% como desejável. O Amapá (Rede Estadual) apresentou os seguintes resultados: 29,4% de não

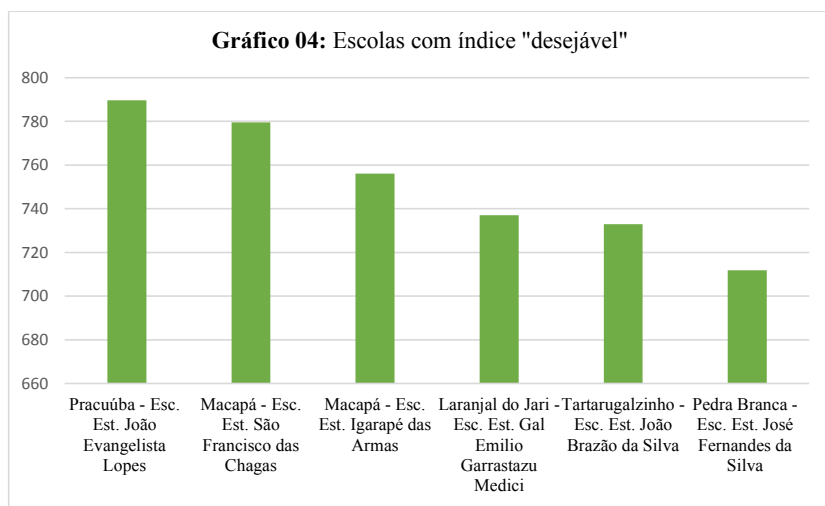
alfabetizados, 30,2% com alfabetização incompleta, 27,4% como suficiente, e, 12,9% como desejável (SISPAEAP, 2019).



Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

Até aqui, cabem algumas considerações. O Amapá (Rede Municipal) foi o contexto que apresentou o pior resultado em relação à quantidade de alunos não alfabetizados, com seus quase 34%. Porém, é importante perceber um certo equilíbrio nesse quesito, diferenciado por índices percentuais mínimos. Se somarmos as categoriais “suficiente” e “desejável”, o Amapá (Rede Estadual) apresenta o maior índice, totalizando 40,3% dos estudantes que tiraram acima dos 700 pontos. Outro detalhe importante, se somarmos a categoria “não alfabetizados” com “alfabetização incompleta”, o Amapá (Rede Municipal) também apresentará o pior índice, totalizando 65,5% dos estudantes que não chegaram aos 600 pontos (SISPAEAP, 2019).

Apenas 6 escolas atingiram o padrão desejável na Rede Estadual. Estas escolas têm por características o seguinte: tratam-se de unidades pequenas, a maioria está localizada na zona rural e têm menos de 10 alunos matriculados no 2º ano. Para fazer jus à uma conquista que não é pequena, listaremos, de maneira direta, essas escolas e sua pontuação, para melhor visualizarmos essa distribuição geográfica. [1] Escola Estadual João Evangelista Lopes (Pracuúba), 789,7 pontos; [2] Escola Estadual São Francisco das Chagas (Macapá), 779,5 pontos; [3] Escola Estadual Igarapé das Armas (Macapá), 756,1 pontos; [4] Escola Estadual Gal Emilio Garrastazu Medici (Laranjal do Jari), 737,1 pontos; [5] Escola Estadual João Brazão da Silva (Tartarugalzinho), 732,9 pontos; e, finalmente, [6] Escola Estadual José Fernandes da Silva (Pedra Branca), com 711,8 pontos (SISPAEAP, 2019).



Formatado: Fonte: (Padrão) Times New Roman, 12 pt

Ainda sobre a proficiência média das escolas, no padrão suficiente, temos a presença de 40 escolas da Rede Estadual. Estas representam 20% das unidades escolares e estão espalhadas em 9 municípios do estado. Sua pontuação vai do menor índice, 601,6 pontos, até 678,5 pontos, no maior índice. Por se tratarem de muitas instituições, não pontuaremos cada uma delas. O que nos serve e nos ajuda, de fato, no escopo do presente estudo, é esta percepção mais geral dos dados.

Infelizmente, 79 escolas – o que representa 41% das unidades escolares – encontram-se no padrão de alfabetização incompleta. Essas escolas estão divididas em dez municípios do estado. Sua pontuação mínima é de 501,1 pontos e sua pontuação máxima é de 599,9 pontos. O número de não alfabetizados também é significativo, e nos faz refletir, de fato, sobre os rumos que a educação tem tomado no estado. Nessa categoria, estão inseridas 55 escolas da Rede Estadual, representam 30% das unidades escolares e estão divididas entre 11 municípios. A menor pontuação presente é de 313,8 pontos e a maior é de 500,0 pontos (SISPAEAP, 2019).

Algumas pontuais conclusões são possíveis tendo em vista os dados descritos até aqui. No contexto da Rede Estadual do Amapá, no ano de 2019, 2.099 estudantes encerraram o 2º ano nos padrões mais críticos de aprendizagem possíveis, tendo apenas 455 alunos e alunas presentes no padrão desejável de ensino-aprendizagem. Estes dados, diagnósticos, apontam uma série de necessidades específicas, de cada instituição escolar, que devem ser sanadas a partir de um conjunto de medidas que englobam não apenas verba pública, como todo o mecanismo estatal e seus colaboradores.

Nesse contexto, a avaliação do Sispaeap oferece o apontamento de alguns problemas e suas possíveis causas. A proposta de diagnóstico basicamente se orienta a partir de três medidas: a identificação do problema; a identificação das causas; e um plano de intervenções/ações. Como exemplo, podemos destacar o problema refletido no fato de não conseguirmos alfabetizar os estudantes na idade certa. Entre as possíveis causas podemos listar: professores sem perfil para a alfabetização (é particularmente importante que esse elemento seja o primeiro a aparecer); falta de planejamento; falta de acompanhamento por parte do professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno; falta de diagnóstico interno da escola; a falta de um ambiente alfabetizador; dificuldades da escola em analisar dados; falta de empoderamento da gestão escolar; entre outras coisas.

De maneira a exemplificar e discorrer sobre as questões supracitadas, a partir de uma causa identificada, como a falta de acompanhamento ao professor por parte do coordenador pedagógico, por exemplo, é necessária a elaboração dos porquês de maneira a se chegar – ou pelo menos se intencionar alcançar – a raiz do problema.

Finalmente, é possível apontar, de maneira breve e introdutória, algumas ações possíveis a partir da compreensão dos dados levantados pelo Sispaeap. Quais ações possíveis na tarefa de superar o analfabetismo dos alunos? Sem dúvida, uma ação colaborativa e conjunta se faz necessária juntamente com a equipe técnica. O Programa Criança Alfabetizada surge, também, como uma ação orientada para esta tarefa. Um Plano de Ação, portanto, é o fruto, ou pelo menos um dos frutos, mais relevantes quando da aplicação da avaliação aqui discutida. Os desafios são muitos, os recursos são limitados, porém a vontade dos profissionais e gestores, administradores e demais funcionários da educação devem ser constantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá - Sispaeap, representa um marco na tarefa de propor e efetivar melhorias para o sistema educacional público do Estado do Amapá. Inviabilizado historicamente, com poucos recursos, as escolas, em diferentes níveis, sofrem com a falta de recursos humanos e materiais necessários para o seu adequado funcionamento. Este quadro, obviamente, afeta diretamente os dados da avaliação, apontando índices baixíssimos na maioria das escolas que participaram da pesquisa. A Avaliação, no entanto, representa um primeiro degrau na tarefa de mudar esse quadro.

Conforme visto, a educação, no Brasil, e principalmente a educação de qualidade, sempre foi um recurso de poucos, no geral oferecido apenas para as pessoas das classes abastadas. A educação pública, que surgiu também a partir dos interesses da classe dominante, se apresenta, ainda assim, um marco do alcance dos pobres ao ensino. No passar dos anos, principalmente a partir de atividades políticas por excelência, uma série de novos direitos foram sendo adquiridos, até que uma educação de qualidade fosse um direito de todos, um direito garantido por vias Constitucionais, porém ainda não efetivado na vida prática dos estudantes brasileiros, conforme visto nos dados oferecidos pelo Sispaeap (2019).

Nesse processo, regiões menos industrializadas e povoadas, como a região norte, sofreram com o abandono e descaso por parte do governo federal, tendo ganhado um *status* de Estado da Federação apenas muito recentemente, como é o caso do Amapá. Ao perceber nossas dificuldades em questões educacionais, dificuldades estas representadas por profundas desigualdades sociais, inclusive entre os próprios municípios do estado, ações foram pensadas de maneira a possibilitar um diagnóstico objetivo que auxiliasse nas tomadas de decisões a partir de ações essencialmente conjuntas.

Esta iniciativa foi a que analisamos aqui, de maneira a oferecer, resumidamente, os dados obtidos com o Sispaeap. Os dados são claros e objetivos: pouquíssimas escolas refletem um bom índice em seus padrões de aprendizagem, estando a maior parte delas em índices que vão do não alfabetizado ao alfabetizado de maneira insuficiente. Além disso, percebeu-se também uma divisão desigual entre os próprios municípios, alguns dos quais nem puderam participar do processo de avaliação.

Todas estas questões, somadas ao contexto de pandemia, representam um verdadeiro e real desafio para o sistema educacional local. De fato, é necessário escapar a tentativa de medidas simplistas, simplórias, que não levam em conta a complexidade representada pelos dados obtidos. Não se trata de um problema a ser resolvido em curto prazo, com medidas que

podem ser totalmente pontuadas. Trata-se de um processo complexo, de medidas objetivas e subjetivas, medidas estas que englobam professores e professoras, estudantes, gestoras e gestores, políticos, entre outros grupos.

Longe de esgotar as possibilidades presentes nos dados, ressaltamos a necessidade de um trabalho conjunto, entre estado e municípios, bem como trabalho conjunto entre os atores envolvidos nos processos educacionais, uma nova postura na realização de suas tarefas. Um novo ânimo.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. Harbra, 1979.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 2011.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Observações do revisor (Luís Fajardo)

1) Em linhas gerais, o texto está bem estruturado e redigido, salvo as observações acima feitas nas notas de revisão.

2) Porém, seria interessante apresentar os dados de uma maneira mais explícita, como em tabelas ou quadros, ao invés de colocá-los no correr do texto, como aqui ficou.

3) Acreditamos que as correções/alterações a serem feitas são relativamente de pouca monta, ou seja, falta pouco para o trabalho atingir um nível próprio para ser submetido à defesa.